

AGENDA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

Energia, indústria, ciência, trabalho e soberania para uma
transição energética justa, ordenada e equitativa

Uma contribuição do Sindipetro Paraná e Santa Catarina
e do Sindiquímica Paraná

ELEIÇÕES 2026

APRESENTAÇÃO - O PARANÁ DIANTE DE UMA NOVA OPORTUNIDADE

O Paraná não parte do zero para enfrentar a transição energética. Parte de uma das maiores bases industriais, agropecuárias, científicas e energéticas do Brasil. A escolha que se apresenta é objetiva: assistir às transformações em curso ou utilizar as capacidades já construídas para liderá-las.

Somos um dos principais estados agropecuários e industriais do país. Temos economia diversificada, universidades e centros de pesquisa reconhecidos, trabalhadores qualificados, cooperativas de dimensão internacional e infraestrutura energética e logística construída ao longo de décadas.

Esta Agenda, elaborada pelo Sindipetro Paraná e Santa Catarina e pelo Sindiquímica Paraná, é uma contribuição dos trabalhadores ao debate sobre o futuro do Estado. Não pretende substituir programas de governo nem apresentar uma pauta corporativa. Propõe fortalecer capacidades já instaladas, ampliar aquelas que são estratégicas e criar condições para novas plantas industriais, transformando infraestrutura, conhecimento, recursos naturais e trabalho em renda, inovação, desenvolvimento humano e soberania.

No Paraná estão a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), em Araucária; a Araucária Nitrogenados S.A. (ANSA/FAFEN-PR); a experiência industrial e tecnológica construída em São Mateus do Sul em torno da antiga Superintendência da Industrialização do Xisto (SIX), hoje envolvendo a Paraná Xisto e a NESIX; a infraestrutura da Transpetro; o Gasoduto Bolívia-Brasil, operado pela Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG); o Porto de Paranaguá; e grandes cadeias industriais, agroindustriais e logísticas.

Conflitos internacionais, mudanças climáticas, disputas comerciais e tecnológicas e interrupções nas cadeias de suprimentos voltaram a demonstrar que energia, alimentos, fertilizantes, combustíveis, tecnologia e capacidade industrial são questões estratégicas. Ao mesmo tempo, a redução das emissões abre uma enorme oportunidade econômica.

O Paraná pode fortalecer sua indústria e liderar uma transição energética justa, ordenada e equitativa, capaz de gerar trabalho qualificado, segurança energética, redução de vulnerabilidades externas e desenvolvimento regional.

NÚMEROS QUE DIMENSIONAM ESTA AGENDA

REPAR - aproximadamente 34 mil m³ de petróleo processados por dia na operação atual; testes operacionais vêm buscando patamares de até 37 mil m³/dia.

ANSA/FAFEN-PR - capacidade de 720 mil toneladas/ano de ureia, cerca de 8% do mercado brasileiro, além de 475 mil toneladas/ano de amônia e 450 mil m³/ano de ARLA 32.

TBG - 2.593 km de gasoduto e capacidade de transporte de até 30 milhões de m³/dia de gás natural.

Lapa - expansão anunciada da cadeia da Potencial para capacidade de até 1,62 bilhão de litros/ano de biodiesel, associada ao esmagamento de soja, à produção de óleo vegetal e à bioenergia.

Nota: a capacidade instalada da REPAR publicada pela Petrobras é de 33 mil m³/dia. O patamar de aproximadamente 34 mil m³/dia e os testes em direção a 37 mil m³/dia correspondem a informações operacionais apresentadas pelas entidades proponentes.

1. ENERGIA, INDÚSTRIA E SOBERANIA EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Os acontecimentos dos últimos anos demonstraram os riscos da dependência externa em setores estratégicos. Crises internacionais afetam petróleo, gás, fertilizantes, alimentos, equipamentos e componentes industriais.

Para um estado industrial e grande produtor de alimentos como o Paraná, segurança energética e segurança alimentar fazem parte de uma mesma estratégia. A retomada da ANSA/FAFEN-PR demonstra isso concretamente: sua capacidade de 720 mil toneladas anuais de ureia equivale a cerca de 8% do mercado nacional, além da produção de amônia e ARLA 32.

Soberania não é uma expressão abstrata. É possuir conhecimento, trabalhadores, infraestrutura e capacidade produtiva para que o país continue funcionando diante de crises externas. E significa preparar essa infraestrutura para as transformações tecnológicas, produtivas e ambientais que já estão em curso.

2. REPAR E TRANSPETRO: DO REFINO AO BIORREFINO

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR) ocupa posição central nessa transformação. Embora a capacidade instalada oficialmente divulgada pela Petrobras seja de 33 mil m³ de petróleo por dia, a operação atual alcança aproximadamente 34 mil m³ de petróleo por dia e realiza testes visando patamares de até 37 mil m³/dia.

Esse desempenho mostra que um ativo industrial construído há décadas continua apresentando espaço para eficiência, modernização e ampliação. Uma transição energética planejada não trata refinarias como estruturas do passado: utiliza equipamentos, engenharia, infraestrutura e, principalmente, o conhecimento de seus trabalhadores para produzir a próxima geração de combustíveis.

A REPAR já participou desse processo com o Diesel R. Em 2022, a Petrobras produziu na refinaria seu primeiro lote comercial de Diesel R5, com 1.500 m³, por coprocessamento de diesel mineral e óleo de soja refinado.

Defendemos a transformação progressiva da REPAR em uma plataforma de refino e biorrefino, combinando segurança de abastecimento, eficiência energética, biocombustíveis avançados, matérias-primas renováveis e combustíveis de menor intensidade de carbono.

Essa transformação exige logística. A Transpetro deve ter papel destacado. Dutos, terminais, armazenamento e transporte continuarão fundamentais para o abastecimento e para as novas cadeias energéticas. O Terminal Aquaviário de Paranaguá é interligado à REPAR pelo Oleoduto Araucária-Paranaguá (OLAPA), utilizado no transporte de derivados, e também participa do fornecimento de combustível marítimo aos navios. A Transpetro precisa ser protagonista da transição energética, e não apenas operadora da infraestrutura existente.

3. DO CAMPO À NOVA INDÚSTRIA ENERGÉTICA

O Paraná possui uma vantagem extraordinária: parte da matéria-prima necessária à nova economia energética já é produzida aqui. A agropecuária pode produzir alimentos e, simultaneamente, fornecer matérias-primas e resíduos para etanol, biodiesel, biogás, biometano, biofertilizantes e biorrefino.

Na Lapa, a cadeia da Potencial reúne biodiesel, esmagamento de soja, produção de óleo e outras atividades associadas à bioenergia. A expansão anunciada projeta capacidade de até 1,62 bilhão de litros de biodiesel por ano, com potencial para consolidar uma das maiores estruturas do setor no país.

Em Araucária, a REPAR já demonstrou capacidade de utilizar óleo de soja como matéria-prima renovável para o Diesel R. A conexão potencial é clara: produção agrícola, esmagamento, óleo vegetal, biocombustíveis e biorrefino, logística e mercado.

Não afirmamos que essas empresas hoje constituam uma cadeia comercial integrada. Propomos que o Paraná crie condições para integrar capacidades como essas, aproximando pesquisa da Petrobras, tecnologia, fornecedores, infraestrutura e produção de matérias-primas.

A mesma lógica vale para biogás e biometano. Resíduos agropecuários e agroindustriais podem se transformar em energia, combustível, biofertilizantes e renda. A presença da TBG e da infraestrutura de gás oferece base adicional para interiorização energética e novos polos produtivos.

4. ANSA E SÃO MATEUS DO SUL: RECUPERAR CAPACIDADES E CONSTRUIR NOVAS

A retomada da ANSA/FAFEN-PR demonstra que decisões políticas podem recuperar capacidades industriais estratégicas. O mesmo princípio orienta nossa posição sobre São Mateus do Sul.

A antiga Superintendência da Industrialização do Xisto (SIX), desenvolvida pela Petrobras ao longo de décadas, acumulou conhecimento reconhecido na industrialização do xisto. Sua privatização transferiu a operação industrial para a atual Paraná Xisto, enquanto atividades vinculadas à Petrobras e ao conhecimento tecnológico permaneceram no município, hoje também identificadas na organização dos trabalhadores como NESIX.

Esta Agenda defende a reestatização da antiga SIX e sua reintegração ao Sistema Petrobras. Reestatizar, porém, não significa simplesmente voltar ao passado.

A retomada deve preservar os empregos existentes e buscar sua ampliação, com melhores salários e benefícios, trabalho decente, responsabilidade social, segurança operacional, qualificação profissional, negociação coletiva e perspectivas de carreira. Os trabalhadores da Paraná Xisto e da NESIX são parte fundamental do conhecimento e da capacidade que pretendemos recuperar.

A reestatização deve também recuperar São Mateus do Sul como polo de pesquisa, inovação e desenvolvimento industrial. Entre as experiências construídas pela antiga SIX está o Projeto Xisto Agrícola, desenvolvido com participação da Embrapa para estudar aplicações agrícolas de coprodutos do processamento do xisto, inclusive matérias-primas para fertilizantes, condicionadores e corretivos de solo.

Recuperar e atualizar esse conhecimento pode conectar reestatização, fertilizantes, agricultura, pesquisa, novas plantas industriais e geração de empregos. Não queremos apenas recuperar aquilo que a SIX foi. Queremos construir aquilo que ela pode voltar a ser.

5. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Transição energética sem domínio tecnológico pode apenas substituir uma dependência por outra. O Paraná possui universidades, institutos federais, escolas técnicas, Tecpar, centros de pesquisa e tradição industrial capazes de participar diretamente dessa transformação.

Precisamos conectar essa estrutura às capacidades de pesquisa do Sistema Petrobras e às empresas que atuam no Estado. Biocombustíveis avançados, biometano, hidrogênio e amônia de baixo carbono, captura, utilização e armazenamento de carbono, eficiência energética, novos fertilizantes, automação e digitalização industrial são áreas em que pesquisa pode se transformar em indústria, propriedade intelectual e emprego.

A Lei nº 15.042/2024 instituiu o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O Paraná deve desenvolver capacidade técnica para medir, certificar e transformar reduções de emissões em valor econômico, inserindo suas empresas e cadeias produtivas na economia de baixo carbono.

Defendemos, porém, um princípio: a riqueza produzida pela descarbonização precisa beneficiar também os territórios e os trabalhadores responsáveis por essa transformação.

6. UMA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, ORDENADA E EQUITATIVA

A formulação internacional mais atual aponta para a transição dos sistemas energéticos de maneira justa, ordenada e equitativa. Para esta Agenda, os três termos são inseparáveis.

Justa. Protege trabalhadores, direitos e comunidades; cria trabalho decente; promove qualificação e requalificação; e garante diálogo social.

Ordenada. Planeja a transformação, preservando segurança energética, capacidade industrial, confiabilidade do abastecimento e tempo adequado para construir novas alternativas antes de desmontar estruturas existentes.

Equitativa. Distribui de maneira equilibrada custos, oportunidades e benefícios, evitando que a descarbonização aumente desigualdades sociais ou territoriais.

Para nós, uma transição só será verdadeiramente justa quando ninguém precisar escolher entre proteger o planeta e proteger o próprio emprego; ordenada quando a mudança ocorrer com planejamento e segurança; e equitativa quando seus benefícios chegarem também aos trabalhadores e às comunidades que ajudam a construí-la.

7. CONHECIMENTO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES

Cada nova planta industrial e cada grande investimento precisam carregar consigo uma política de formação profissional. Universidades, institutos federais, escolas técnicas, programas de aprendizagem e centros de pesquisa devem estar conectados aos investimentos.

O jovem de São Mateus do Sul precisa enxergar oportunidades em pesquisa, química, operação industrial e novas tecnologias; na Lapa, em biocombustíveis, agroindústria e engenharia; em Araucária, no refino, biorrefino, fertilizantes, química, manutenção e automação; no Oeste e Sudoeste,

em biogás, biometano, biofertilizantes e economia circular; no litoral, em portos, logística e novas cadeias energéticas.

O princípio é simples: onde houver investimento estratégico, deve existir também investimento nas pessoas daquele território.

Esta Agenda é apresentada por entidades de trabalhadores. Nossa medida de sucesso não pode ser apenas crescimento da produção ou do PIB. Queremos mais produção e mais trabalho de qualidade; novas plantas e empregos permanentes; inovação e participação dos trabalhadores; produtividade e distribuição dos ganhos.

Empregos técnicos, industriais e tecnológicos com salários superiores à renda média, benefícios, direitos e perspectivas de carreira podem mudar a trajetória de uma família. Para quem trabalha no campo, nos serviços ou em qualquer outro setor, desenvolvimento industrial também significa a possibilidade de ver seus filhos e filhas como técnicos, engenheiros, petroleiros, trabalhadores portuários, pesquisadores e profissionais de novas cadeias tecnológicas.

Grandes investimentos e políticas industriais devem estar associados a emprego, qualificação, saúde e segurança, trabalho decente, remuneração digna, negociação coletiva e desenvolvimento das comunidades.

8. PARANÁ, SANTA CATARINA E UMA INFRAESTRUTURA QUE JÁ FUNCIONA INTEGRADA

A integração regional já existe. O petróleo recebido no Terminal Aquaviário de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, segue pelo Oleoduto Santa Catarina-Paraná (OSPAR), operado pela Transpetro, até a REPAR, em Araucária, onde é transformado em derivados. Parte desses produtos retorna a Santa Catarina pelo sistema logístico regional. A TBG atravessa os dois estados. Paranaguá e os portos catarinenses integram o Sul às grandes rotas comerciais.

A Bacia de Pelotas pode abrir uma nova dimensão dessa integração. Se a exploração e o desenvolvimento avançarem com segurança, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica, Paraná e Santa Catarina devem disputar não apenas a produção de petróleo e gás, mas engenharia, indústria naval, equipamentos, pesquisa, tecnologia, manutenção, logística e empregos qualificados.

A riqueza não pode simplesmente atravessar nossos estados. Ela precisa deixar aqui indústria, conhecimento, renda e oportunidades.

9. SEIS COMPROMISSOS PARA O PRÓXIMO MANDATO

- 1. Fortalecer e ampliar a infraestrutura estratégica.** Defender investimentos na REPAR, ANSA/FAFEN-PR, Transpetro, TBG, infraestrutura logística e portuária e criar condições para novas plantas industriais.
- 2. Reestatizar a antiga SIX e reconstruir o polo de São Mateus do Sul.** Buscar sua reintegração ao Sistema Petrobras com preservação e ampliação dos empregos, melhores salários e condições de trabalho, responsabilidade social, pesquisa, inovação e desenvolvimento de novas aplicações do xisto.
- 3. Fazer do Paraná referência em transição energética industrial.** Expandir biorrefino, biocombustíveis, biogás, biometano, hidrogênio e amônia de baixo carbono, eficiência energética e tecnologias de redução e gestão de emissões, sob os princípios de uma transição justa, ordenada e equitativa.
- 4. Transformar ciência e formação profissional em política de desenvolvimento.** Integrar universidades, institutos federais, escolas técnicas, centros de pesquisa, empresas e comunidades às novas cadeias produtivas.
- 5. Integrar energia, fertilizantes, agropecuária e segurança alimentar.** Fortalecer a ANSA/FAFEN-PR, a produção nacional de fertilizantes e a utilização da força agropecuária paranaense na produção de energia, biocombustíveis e insumos.
- 6. Garantir que o desenvolvimento chegue aos trabalhadores.** Vincular grandes investimentos à geração e ampliação de empregos qualificados, trabalho decente, remuneração digna, segurança, direitos, negociação coletiva, qualificação e desenvolvimento das comunidades.

CONCLUSÃO - USAR O QUE CONSTRUÍMOS PARA LIDERAR O QUE VEM PELA FRENTE

O Paraná não precisa escolher entre indústria e meio ambiente; entre petróleo e transição energética; entre agricultura e novas fontes de energia; entre empresas públicas e iniciativa privada; entre desenvolvimento econômico e valorização do trabalho.

Temos a REPAR, que pode avançar do refino ao biorrefino. Temos a Transpetro, capaz de integrar a logística dessa transformação. Temos a ANSA/FAFEN-PR, fundamental para fertilizantes e segurança alimentar. Temos Paraná Xisto, NESIX, trabalhadores e conhecimento acumulado em São Mateus do Sul, capazes de construir um novo ciclo a partir da reestatização da antiga SIX.

Temos a TBG e infraestrutura de gás. Temos Paranaguá e localização estratégica no Mercosul. Temos, na Lapa, uma cadeia industrial de biocombustíveis que demonstra a escala que essa nova economia pode alcançar. Temos agricultura, indústria, universidades, pesquisa e trabalhadores qualificados.

O desafio é conectar essas capacidades.

Produzir mais. Industrializar mais. Desenvolver tecnologia. Gerar trabalho qualificado. Reduzir emissões. Diminuir dependências externas. E distribuir os benefícios desse desenvolvimento.

Isso é transição energética justa, ordenada e equitativa. Isso é desenvolvimento com valorização do trabalho. Isso é soberania.

É essa a contribuição que o Sindipetro Paraná e Santa Catarina e o Sindiquímica Paraná apresentam ao Paraná e às candidaturas que pretendem representá-lo nos próximos anos.

REFERÊNCIAS TÉCNICAS ESSENCIAIS

A Agenda é um documento político-institucional. Os dados públicos destacados foram consolidados a partir das fontes técnicas e institucionais abaixo; informações operacionais apresentadas pelas entidades proponentes estão identificadas como tal.

- Petrobras. Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR): capacidade instalada de 33 mil m³/dia e mercados atendidos.
- Petrobras, 30 abr. 2026. Retomada da produção de ureia na ANSA: 720 mil t/ano de ureia, cerca de 8% do mercado nacional.
- TBG. Informações institucionais: 2.593 km de gasoduto e capacidade de transporte de até 30 milhões de m³/dia.
- Transpetro. Terminal Aquaviário de Paranaguá e integração logística com a REPAR; infraestrutura OSPAR na integração Santa Catarina-Paraná.
- Petrobras, 29 set. 2022. Primeiro lote comercial de Diesel R5 produzido na REPAR com óleo de soja refinado.
- Embrapa. Projeto Xisto Agrícola: pesquisas sobre coprodutos do xisto para fertilizantes, condicionadores e corretivos de solo.
- Lei nº 15.042/2024. Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).
- UNFCCC/COP28 e processo climático internacional. Transição dos sistemas energéticos de maneira justa, ordenada e equitativa.
- OIT. Diretrizes para uma transição justa: trabalho decente, proteção social, qualificação e diálogo social.